



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

03/11/2022



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

INSS vai revisar auxílio e aposentadoria pago a segurado em reabilitação

O INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) dará início a um pente-fino nos benefícios por incapacidade pagos a segurados que fazem parte do Programa de Reabilitação Profissional do órgão. Podem ser encaminhados à reabilitação trabalhadores que recebem auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez.

Segundo a portaria 1.514, publicada no Diário Oficial da União desta terça-feira (1º), devem fazer parte da revisão os segurados em reabilitação que não passam por perícia há mais de um ano. O prazo de duração da revisão é de seis meses, até abril de 2023.

O INSS informa que serão convocados 45 mil beneficiários, de um total de 150 mil segurados encaminhados ou já cumprindo o Programa de Reabilitação Profissional. Segundo o órgão, trata-se da retomada de um procedimento que havia sido suspenso na pandemia.

A convocação atual atingirá a todos em processo de reabilitação que estejam com data do benefício vencida ou próxima de vencer. "É bom ressaltar que as pessoas que foram encaminhadas para a reabilitação profissional e nunca procuram o INSS devem buscar a APS [Agência da Previdência Social] onde o benefício é mantido", diz nota do instituto.

No período em que durar o procedimento, os cidadãos deverão ser convocados para passar por perícia médica. Não foi divulgada como será feita essa convocação, mas especialistas afirmam que ela poderá ser por carta ou por email. É preciso manter os dados atualizados no instituto.

Nos casos em que a fila da perícia estiver acima de seis meses, será aberto procedimento interno para informar aos beneficiários como agir para marcar o exame e não perder o benefício.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 03 de novembro.

Atividade industrial cai e acumula queda no ano. Maioria dos setores tem produção menor

A produção industrial brasileira caiu 0,7% de agosto para setembro, na segunda queda mensal seguida. Já na comparação com setembro de 2021, tem ligeira alta, de 0,4%, segundo o IBGE.

De acordo com os dados divulgados nesta terça-feira (1º), a queda no mês atinge as quatro categorias econômicas e 21 dos 26 ramos pesquisados pelo instituto. "Com esses resultados, o setor industrial ainda se encontra 2,4% abaixo do patamar pré-pandemia (fevereiro de 2020) e 18,7% abaixo do nível recorde alcançado em maio de 2011", informa o IBGE.

Entre as principais influências negativas, estão produtos alimentícios (-2,9%), metalurgia (-7,6%) e coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-2,6%), além de bebidas (-4,6%) e produtos de madeira (-8,8%). Das cinco altas, destaque para indústrias extrativas (1,8%) e máquinas e equipamentos (2,2%).

Em relação a setembro do ano passado, o IBGE apura resultado positivo em duas das quatro categorias, 12 dos 26 ramos, 28 dos 79 grupos e 45,3% dos 805 produtos pesquisados. E cita a expansão do setor que reúne veículos automotores, reboques e carrocerias (20,3%). O setor extrativo cai 5,7%.

Saiba mais em: CNTI, quinta-feira 03 de novembro.

Distribuidoras de combustíveis alertam para risco de desabastecimento

A Federação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Biocombustíveis e Gás Natural (Brasilcom) recomendou nesta quarta-feira (2) o desbloqueio de rodovias no país, sob o risco de desabastecimento de combustíveis. O alerta é emitido após protestos contra o resultado das eleições para a Presidência da República.

"A Brasilcom recomenda ações coordenadas das autoridades responsáveis, para o urgente desbloqueio das estradas e, onde necessário, proteger e acompanhar o deslocamento do transporte de combustíveis, visando assegurar o abastecimento de postos revendedores, supermercados e de hospitais, principais prejudicados pelas interrupções de fornecimento", disse a federação, em nota.

Saiba mais em: A Tribuna, quarta-feira 02 de novembro.

Prateleiras de supermercados começam a ficar vazias em SP

Como resultado dos protestos antidemocráticos que vêm impedindo a circulação nas estradas do país desde a segunda-feira (31), por parte de apoiadores do atual presidente Jair Bolsonaro (PL), derrotado nas eleições, as gôndolas dos supermercados começam a ficar vazias na maior cidade do país.

A reportagem visitou lojas do Assaí, Makro, Mambo, Pão de Açúcar, Extra e Chama Supermercados nas zonas leste, oeste e no centro de São Paulo nesta quarta-feira (2) de feriado nacional.

A falta de produtos é pontual, mas na maioria das lojas os balcões de alimentos refrigerados e de carnes, frangos e peixes começam a ficar desabastecidos.

A Apas (Associação Paulista de Supermercados) afirmou não ter registrado nesta quarta relatos de corrida às lojas. "Reiteramos aos consumidores que não há necessidade de alterarem os seus hábitos de compras", informou a associação em nota. "O setor opera dentro da normalidade. Eventuais faltas são situações pontuais e momentâneas."

Também a Abras (Associação Brasileira de Supermercados) informou ter entrado em contato com vários estados e não identificar lojas cheias nesta quarta. Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 03 de novembro.

Santos anuncia reajuste de 10,07% para o IPTU do próximo ano

A Prefeitura de Santos reajustará o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) em 10,07% para o próximo ano. O percentual consta no Decreto 9.852, assinado na terça-feira pelo prefeito Rogério Santos (PSDB) e divulgado somente na edição do Diário Oficial desta quinta-feira (3) — ontem (2), foi feriado.

A correção equivale ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do período entre agosto de 2021 e julho deste ano. Trata-se do indicador oficial de inflação do País, medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A Administração fixou em 4% o desconto para os contribuintes que pagarem em cota única o IPTU e a Taxa de Remoção de Lixo Domiciliar para 2023.

Conforme o projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) para o ano que vem, o Município espera arrecadar R\$ 591,9 milhões em IPTU. É a segunda maior fonte de receita do Governo Municipal. A mais alta consiste no Imposto sobre Serviços (ISS), projetado em R\$ 860 milhões.

Santos é a terceira cidade da Baixada Santista a anunciar a correção do Imposto Predial para o ano que vem. O índice supera o definido pelas prefeituras de Praia Grande e Peruíbe. Ambas corrigirão o valor do tributo em 8,73%, considerando o IPCA entre setembro de 2021 e agosto passado.

A Prefeitura santista também não fará como nos dois anos anteriores, quando reajustou o IPTU abaixo da inflação em um período de 12 meses.

Ainda com base no decreto, Santos também aplicará reajuste de 10,07% aos "valores de tributos, multas de qualquer natureza, preços públicos previstos na legislação municipal, não alterados por dispositivos legais específicos, e débitos inscritos na Dívida Ativa do Município, inclusive saldos de parcelamentos".

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 02 de novembro.

Por que dezenas de milhares de famílias podem ser despejadas no Brasil a partir de novembro

Uma decisão do ministro Luís Roberto Barroso, do STF (Supremo Tribunal Federal), liberou despejos e reintegrações de posse depois de mais de um ano de proibição durante a pandemia de Covid-19.

Em junho de 2021, o ministro determinou a suspensão de ordens de desocupação de áreas habitadas antes de 20 de março de 2020, quando foi aprovado o estado de calamidade pública no país devido à pandemia.

Segundo ele, o objetivo era "evitar que remoções e desocupações coletivas violem os direitos à moradia, à vida e à saúde das populações envolvidas".

Barroso determinou que Tribunais de Justiça nos estados, além dos TRFs (Tribunais Regionais Federais), criem comissões de mediação de conflitos fundiários para apoiar os juízes no cumprimento de ordens de reintegração de posse.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 03 de novembro.